

Subsunção e Assimilação Local. da Apropriação do Trabalho à Subordinação dos Espaços Locais.

Giovane da Silva Mota

Afirmamos desde já que a *subsunção* se põe para o capitalismo como forma de apropriação do valor do trabalho, quer em sua forma mais simples, quer em sua forma mais avançada e acabada. É, portanto, uma forma de relação do capitalismo, do capital para com o trabalho, que está na base do intercâmbio do valor.

A diferença mais imediata da *subsunção formal* para com a *subsunção real* está na natureza e nos mecanismos de apropriação do trabalho, seja na forma-produto, seja na forma-valor, em cada momento histórico distinto e, assim, nas formas socioprodutivas manifestas enquanto divisão do trabalho e circulação do valor.

O estudo da cooperação simples, da manufatura e da grande indústria constitui o estudo das formas concretas de extração do sobretrabalho. Em termos gerais, diferem-se, basicamente, pela forma como o processo de trabalho se subsume ao processo de valorização.

Embora todos sejam métodos de extração de mais-valia [...], não estão subsumidos da mesma forma pelo capital. Nos dois primeiros casos, o trabalho vivo ainda não é dominado materialmente pelo trabalho morto. Esse domínio só se realiza quando o capital transforma o processo de trabalho inclusive do ponto de vista tecnológico, por meio do uso de máquinas. (ROMERO, 2005. p. 71).

Então fica claro, desde já, que a diferença entre um momento e outro da *subsunção* tem sua origem na forma da extração do sobretrabalho para a produção do mais-valor.

A *subsunção formal* se processa como extração do valor num momento em que a plenitude das relações da produção capitalista ainda não estão plenamente postas, num momento em que o produto advindo do trabalho ainda se encontra com o capital como alteridade, ainda é outro como manifestação e como essência.

Encontram-se, portanto, na circulação do valor, enquanto formas autônomas emanadas de processos distintos de produção e de modos de vida, fundadas na cooperação simples ou mesmo na manufatura.

No intercâmbio, os indivíduos se confrontam apenas como proprietários de mercadorias, e cada um “mantém com o outro a mesma relação social que o outro mantém com ele mesmo. Considerados como agentes do intercâmbio, sua relação é de igualdade. Não se encontra qualquer diferença, e muito menos oposição entre eles [...]”. Os que participam do intercâmbio apresentam diferentes necessidades e valores de uso. (ROSDOLSKY, 2001. p. 158).

Se a troca se funda nos termos capitalista, a produção de um, no entanto, não está determinada pelas mesmas fontes que do outro. Surgem como proprietários de seus produtos, mas se encontram e se igualam graças aos desenvolvimentos do sistema monetário, graças ao poder igualador do *dinheiro*, esse “*leveller* [nivelador] radical, [que] dissolve todas as diferenças naturais”.

A partir da cooperação simples no capitalismo, configuram-se sobre uma mesma base material, novas relações de poder e dominação. É a emergência, por um lado, de uma classe exploradora própria da sociedade burguesa [...] com um projeto hegemônico ainda em seu início. Por outro lado, é a mercantilização das relações de trabalho, transformando os antigos servos, escravos ou camponeses em trabalhadores assalariados, expropriados e livres para o capital [...]. As relações pessoais de dominação próprias do feudalismo são substituídas por relações mercantis de dominação: “a própria relação de produção gera uma nova relação de hegemonia e subordinação”.(ROMERO. 2005, p. 74).

Notemos que esse momento da cooperação simples, não é apenas um momento temporal, ligado e vinculado ao passado do desenvolvimento das sociedades, mas que é antes de tudo uma relação de produção, uma relação de trabalho, pois assim, poderemos ainda visualizar suas formas no presente, nos espaços ainda não plenamente incorporados ao modo de produção capitalista e, mesmo, nos espaços mais periféricos do capitalismo.

A forma mercantil da relação permite com que o capital se choque e se intermedeie com formas outras de apropriação do trabalho, no plano da circulação, mas que já estabelece a troca como razão primeira dessa intermediação. Essa é uma passagem importante que ‘empurra’ as formas pretéritas de trabalho para a troca capitalista de valor.

“O indivíduo A só satisfaz a necessidade do indivíduo B através da mercadoria a na medida em que o indivíduo B satisfaça a necessidade do indivíduo A através da mercadoria b, e vice-versa. Cada um serve ao outro para servir a si próprio; cada um se serve do outro como meio”. Por isso, também “na consciência de ambos estão presente os seguintes pontos: cada um só alcança seus objetivos na medida em que se sirva do outro como meio; cada um se torna um meio para o outro; a reciprocidade é um fato necessário, que faz com que cada um seja simultaneamente meio e fim, e só alcance seu fim ao tornar-se meio, e só se torne meio quando se posiciona como fim para si mesmo. (MARX apud ROSDOLSKY, 2001, p. 158-159).

Assim o capitalismo vai, paulatinamente, subordinando o valor de uso ao valor de troca como relação de intercâmbio geral. Ora, é esse ato de subordinação de um ao outro que demarca claramente a *subsunção formal*. Coloca-se, nesse momento, não no plano da produção, mas, principalmente, no plano da circulação. Estamos aqui usando o termo circulação para nos referirmos a troca do valor produzido pelo trabalho, valor como tempo de trabalho.

São interesses privados que se manifestam e se expressam em formas distintas de apresentação da produção e de apropriação do trabalho e, sendo assim, nalgum momento se colocarão como oposição de realização, como negação. Alteridades que se evidenciam em sua plenitude, mas, que se encontram no intercâmbio simples do produto.

Cada um cria obstáculos à realização do interesse do outro, de modo que, em lugar de uma afirmação geral, essa *bellum omnium contra omnes* pode resultar em uma negação geral. O aspecto central é o seguinte: o interesse privado já é um interesse socialmente determinado, que só pode ser alcançado em um contexto fixado pela sociedade e com os meios que ela oferece [...]. Trata-se de interesses particulares; mas seu conteúdo, assim como sua forma e os meios para sua realização, depende de condições sociais que são independentes de todos. (ROSDOLSKY, 2001, p. 159).

Importante notar que, com a subsunção formal estamos no momento da passagem, momento em que o capital, ainda, se encontra com um sujeito proprietário, que se realiza não tendo o valor de troca como sua forma única e primeira de realização. Mesmo que o capital o ‘empurre’ para o intercâmbio pelo formato da realização do valor de troca, ele o faz apenas em relação ao produto, mas mantém sua realização produtiva fundada noutras matrizes.

De qualquer forma, é através desse intercâmbio, fundado no valor de troca, que o capitalismo pode se apropriar do trabalho que fora cristalizado no produto e introduzi-lo no plano das relações de reprodução do valor capitalista.

Mas temos algo a esclarecer, pois mesmo se realizando a troca estamos falando de realidades de trabalho distintas, visto a natureza da emanação da sua forma de valor - *uso* e *troca* - como se procede, então, essa igualação? Mais ainda, se na origem da produção estão formas de valores distintas como pode o capital se apropriar do valor pelo produto?

Marx nos esclarece, plenamente, esse momento nos *Grundrisse*:

O valor (o valor de troca real) de todas as mercadorias (incluído o trabalho) é determinado pelo seu custo de produção, em outras palavras, pelo tempo de trabalho requerido para sua produção. O seu preço é esse seu valor de troca expresso em dinheiro. A substituição do dinheiro metálico (e do dinheiro de papel ou de crédito, que dele recebem sua denominação) pelo dinheiro-trabalho, que recebe sua denominação no próprio tempo de trabalho, igualaria, portanto, o valor real (valor de troca) das mercadorias e seu valor nominal, seu preço, seu valor monetário. (MARX, 2011, p. 86).

Portanto, é o trabalho social que permite essa primeira intercambialidade, para o qual o dinheiro será apenas o meio circulante, a mediação material.

O valor da mercadoria é diferente da própria mercadoria. O valor (valor de troca) é a mercadoria somente na troca; o valor não é só a permutabilidade dessa mercadoria em geral, mas sua permutabilidade específica. Como valores, todas as mercadorias são qualitativamente idênticas e apenas quantitativamente diferentes, portanto, todas se medem reciprocamente e se substituem (se trocam, são mutuamente convertíveis) em relações quantitativas determinadas. O valor é sua relação social, sua qualidade econômica. (idem: 90-91).

É justamente a conversão do trabalho num *quantum* determinado que faz subsumir sua forma uso a sua forma troca, momento em que o valor assume a forma do dinheiro, e nisso permite a intercambialidade dos tempos distintos de trabalho e sua apropriação no plano da circulação.

Ora, esse produto, nascido do trabalho, ao ser proposto para o intercâmbio assume diversas formas de existência, que são as diversas formas de manifestação do valor.

Devemos observar, desde já, que na realidade deveriam ser descobertas três formas de existência: a) a forma pragmática ou útil de existência de uma coisa, enquanto ela é satisfactor de uma necessidade (necessidade-objeto-consumo); b) a forma produtiva (poiética) de existência de uma coisa produzida por um produtor (falta de produção-produto-uso); c) a forma econômica da existência de uma coisa como mercadoria (portadora de um valor de troca). (DUSSEL, 2012, p. 79).

É importante que entendamos essas diferentes formas que o valor assume para que possamos precisar o momento de sua subsunção, bem como a forma que esta vai assumir, seja *formal* ou *real*.

O produto devém da mercadoria; a mercadoria devém do valor de troca; o valor de troca da mercadoria é sua qualidade imanente de dinheiro; essa sua qualidade de dinheiro se desprende dela como dinheiro, adquire uma existência social universal separada de todas as mercadorias particulares e de seu modo de existência natural; a relação do produto consigo mesmo como valor de troca devém sua relação com um dinheiro existente junto dele, ou de todos os produtos com um dinheiro existente fora de todos eles. assim como a troca efetiva dos produtos gera seu valor de troca, seu valor de troca gera dinheiro.(MARX op cit. 96).

A subsunção formal vai, assim, aparecendo no intercâmbio, na circulação como intercambialidade de trabalhos distintos em sua natureza. Põe-se na troca e pela troca como apropriação do trabalho alheio, na aparição simples da compra-venda de um produto. Mas é, ainda, subsunção formal porque o que entra na intermediação de troca não é o *trabalho* diretamente, como força de trabalho, e sim o *produto*, como resultante das diferentes formas de produção. Mas, o mais fundamental é que essa troca já se realiza na subversão completa do valor de uso e na aceitação do valor de troca como média universal de intercâmbio.

Passamos assim do trabalho ao valor; do valor ao dinheiro; do dinheiro ao valor de troca e deste à mercadoria para podermos compreender como se processa, no plano real, a incorporação dos distintos trabalhos, postos no mundo, ao capital.

Esse movimento nos permite entender como, mesmo sem assumir a forma capitalista de produção, os diferentes grupos e comunidades têm seu trabalho assimilado pelo capitalismo, mesmo que isso não implique uma incorporação direta de suas formas e forças produtivas.

Ainda assim, sem ter criado nem transformado o processo de trabalho, a cooperação simples utilizada pelo capital significou uma revolução no modo de produção da vida material e, principalmente, no modo de reprodução da vida social: o capital fundara um novo padrão de acumulação, ou melhor, fundara um novo tipo de exploração e dominação do trabalho. (ROMERO, 2005, p. 72-73).

Temos que esclarecer que a subsunção formal se manifesta tanto na relação do capital com outras formas de produção pré-capitalistas, como também, em relação às formas pretéritas do próprio capitalismo, que não estão baseadas ainda no pleno do desenvolvimento das forças produtivas e tecnológicas do capitalismo avançado.

A distinção entre esses momentos está no fato de que, enquanto no diálogo com as formas pré-capitalistas se torna necessário a construção desse meio universal de intercambialidade para que a troca possa se realizar e o valor seja subsumido, no caso das relações do capital com suas formas pretéritas o *valor de troca* já é o mediador geral e a apropriação se realiza direto ao trabalho.

O caminho que percorremos a pouco nos fala do contato com as formas pré-capitalistas, para que possamos entendê-las no interior do horizonte capitalista, pois o capitalismo mesmo sabendo-lhe *outro* encontra e desenvolve os mecanismos que permitem a apropriação do valor gerado por elas.

Os elementos da socialização do trabalho e equivalências dos produtos do trabalho agora são determinados pelo capital. A formação do trabalhador assalariado indica o deslocamento para o interior das unidades produtivas da socialização do trabalho. Várias sociedades já haviam usado a cooperação simples, mas apenas

no capitalismo ela alcança seu maior desenvolvimento, porque o capital torna social o trabalhador isolado. Isso se deve ao fato de o caráter social dos produtos do trabalho (que se tornaram mercadorias) agora ser definido pelo seu valor de troca, ao qual o valor de uso se tornou subordinado. (op. cit. p. 76).

Interessante perceber como o capitalismo vai estimulando a essas formas produtivas pré-capitalistas, para que ganhem densidade produtiva e ampliem o marco de suas relações de troca. Com isso as relações de trabalho vão sendo reorientadas para a produção de excedentes, a serem postos na troca, não mais como valores de uso, mas, pura e simplesmente, como valores de troca.

Uma mudança que começa, sutilmente, na mudança de natureza do valor no produto, e que avança rapidamente para a própria forma do trabalho. É assim, portanto, pela mercantilização do produto que o capitalismo chega a mercantilização do trabalho. É assim que o capitalismo passa de uma apropriação do produto pela circulação do valor para uma apropriação do valor do trabalho diretamente na produção.

A premissa de toda a produção capitalista é, portanto, nivelar no âmbito da circulação, todos sob um mesmo critério: possuidores de mercadorias, quer sejam dinheiro ou força de trabalho. A generalização da lei do valor para o trabalhador e para os produtos do seu trabalho, e o confronto do trabalhador com os meios de produção como propriedade do outro, para quem ele, trabalhador, deve vender sua força de trabalho, são precondição para a formação [consolidação e ampliação] do modo de produção capitalista. (ROMERO. 2005, p. 81). [inserção nossa].

Vamos chegando assim à origem da subsunção na sua forma primeira, como *subunção* formal, e na criação das condições que irão garantir, desde este momento, que a exploração do trabalho já se cumpra nos termos do valor de troca. O que coloca o câmbio capitalista como a forma por excelência das trocas de produtos.

A origem da subsunção, portanto, representa a emergência de novas relações de hegemonia e subordinação, caracterizada pela substituição das relações pessoais de dominação por relações mercantis de dominação, em que a função/posição social do indivíduo (capitalista, trabalhador ou proprietário de terra) parte da combinação dos elementos na produção (capital, trabalho e terra). (ROMERO. 2005, p. 75).

Essa inversão na forma do valor extraído é fundamental, pois sem ela não há como o capital se apropriar do valor gerado por trabalhos emanados de outras formas de produção pré-capitalista. Eis porque eles devem ser reorientados ao sistema de trocas capitalistas.

Com a reorientação do trabalho das comunidades e sociedades locais, na direção da geração de excedentes para a troca estão dadas as condições de realização capitalista, tendo em vista a mudança no objetivo da realização do valor.

A dimensão nova que surge dessa modificação não está mais ligada a criação de um bem para uso individual ou coletivo, ou para o atendimento de uma necessidade básica, mas, agora a produção apresenta, simplesmente, para a valorização do valor.

Romero nos diz que, a compreensão completa da subsunção formal e suas emanações envolve considerá-la sob dois aspectos: um aspecto lógico e outro histórico. “O primeiro se constitui como forma geral de todo o processo de produção capitalista: processo de produção entendido como unidade entre o processo de trabalho e o processo de valorização”. (2005, p. 82).

Segundo ele,

A subsunção formal ocorre quando a produção social se torna produção capitalista, em que o objetivo não é mais a produção de um bem particular (valor de uso), mas a valorização do valor. A subsunção formal significa que “o processo de trabalho converte-se no instrumento do processo de valorização, processo de autovalorização do capital: da criação de mais-valia. O processo de trabalho subsume-se no capital (é o processo do próprio capital) (...). É a forma geral de qualquer processo capitalista de produção”. (idem).

Que fique claro, então, que a subsunção formal não é, simplesmente, a apropriação do trabalho via produto no valor de troca, mas o momento em que “o processo de trabalho converte-se no instrumento do processo de valorização”. Isto porque, nunca esteve nos objetivos do capital alcançar os produtos emanados de outras formas de organização da produção, mas sim, e, antes de tudo, alcançar diretamente ao trabalho no ato da produção e, assim, apropriar-lhe o excedente do valor - a mais-valia.

Esta é a forma geral que a subsunção formal assume, sua *ordem lógica*, “que torna o processo de trabalho um método de extração da mais-valia”. Isso é que torna a subsunção uma forma típica do capitalismo para a extração do valor e a faz, assim, uma componente de todas as formas de apresentação do modo de produção capitalista.

Ao mesmo tempo, a subsunção formal tem também uma forma específica (*ordem histórica*), na qual predomina a extração de um determinado tipo de mais-valia: a absoluta. A subsunção formal, portanto, é característica da manufatura, quer seja ela baseada na cooperação simples (artesanato) ou na divisão do trabalho. (idem).

Assim, a *ordem histórica* é o momento específico de cada formação socioespacial, momento em que o capital assume as formas de extração do valor ou as determina, na forma de mais-valia absoluta.

Aqui o capital se realiza com um duplo movimento, como já explicamos anteriormente.

Primeiro, na relação direta com as formas pré-capitalistas o capital se realiza na incorporação da produção e do trabalho, através da conversão do valor de uso em valor de troca, convertendo-o na média universal de intercambialidade, produzindo assim uma nova sociabilidade, uma nova relação social, pela elevação qualitativa da natureza das partes dialogantes.

Nesse momento, é o capital que se adapta ao processo de trabalho e aos meios de produção tal como os encontra, não modificando a sua base material. Aqui é o capital que está dependente da tecnologia utilizada no processo de trabalho e que foi herdada dos modos de produção anteriores ao capitalista. Contudo modifica a relação dos agentes envolvidos na produção. (2005, p. 83).

E segue o autor,

Do ponto de vista tecnológico nada se alterou: o trabalhador permanece como o único detentor do saber produtivo, é ele quem anima o processo de trabalho e decide como vai ser produzido. O capitalista não tem o controle real do processo de trabalho; sua interferência direta se dá apenas no campo da circulação e nela se confronta com o trabalhador como possuidor de mercadorias, tendo com ele uma relação essencialmente mercantil. (idem).

Essas passagens deixam claro que o capital, posto nessas condições, emana da circulação. Já vimos isso ao analisar o papel do dinheiro na inversão do valor de uso em troca, no contato das formações pré-capitalistas com o capitalismo.

É importante notar que nesse momento, da subsunção formal, a técnica assume uma dupla forma. No plano das relações do capital para com as formas pré-capitalistas, a subsunção vai se realizar absorvendo a produção sem alterar as formas de trabalho, portanto, as formas de trabalho serão realizadas todas, com base na instrumentalidade e no referencial técnico já produzido pelo próprio desenvolvimento das comunidades e modos de produção anteriores, resultantes de seus acúmulos históricos. Nesse sentido, o capital necessita apenas incorporar o trabalho através do produto e com isso induzir a produção constante do tempo excedente de trabalho.

No outro plano, a técnica vai se manifestar no momento da circulação, visto que, para que o intercâmbio do valor e a circulação do capital se completem, será necessário criar um conjunto de sistemas e estruturas técnicas que viabilizem o contato e a apropriação do produto. Sistemas esses que garantam e viabilizem a circulação. Essas são as formas espaciais que nascem do mundo mercantil simples e que permitem a assimilação local aos moldes da troca.

Essa passagem lógico-histórica que vai se completando a partir da subsunção formal é que já demarca a mudança qualitativa dos entes que compõem a totalidade do mundo, do ser que é o capital. Trabalho, valor, produto, mercadoria, dinheiro, que até esse momento eram aparições fenomênicas em si, agora se elevam como totalidade diante de todas as suas emanações sócio-históricas anteriores. Deixam de ser aparições fenomênicas de si, como atos de produção ou circulação, para serem emanações fenomênicas do próprio capital.

O capital provém inicialmente da circulação, na verdade, do dinheiro como seu ponto de partida. Vimos que o dinheiro que entra na circulação e ao mesmo tempo dela retorna a si é a última forma em que o dinheiro supera a si mesmo. É ao mesmo tempo o primeiro conceito do capital e a sua primeira forma fenomênica. O dinheiro nega-se ao simplesmente se dissolver na circulação; mas nega-se da mesma forma ao confrontar autonomamente a circulação. Essa negação, sintetizada em suas determinações positivas, contém os primeiros elementos do capital. (MARX, 2011, p. 195).

Ao mesmo tempo em que o capital se faz pela sua forma mercantil, ele se faz também pela assimilação das formas pré-capitalistas. São atos simultâneos, no tempo e no espaço, que vão se acrescentando e adensando, promovendo mudanças qualitativas no objetivo da produção e nos entes componentes do todo socioprodutivo.

O capital ao promover essa mudança de qualidade, pela ampliação quantitativa dos intercâmbios com a ampliação da troca, está preparando o terreno para sua completude sócio-histórica, está preparando o caminho para a subsunção real.

No caminho ascensional subsuntivo [...] o capital, como totalidade, se constitui agora por suas múltiplas determinações. É uma essência como “unidade” (de tais múltiplas determinações; antes abstratas, agora momentos concretos). O capital “em geral” é, nada menos, a “essência do capital”. É disso que se trata. Toda essência, como totalidade concreta, é a “síntese das múltiplas determinações”. [...] Essa essência subsume os entes autônomos (dinheiro, mercadoria, produto, etc.) como seus momentos internos, como constitutivos estruturais do seu ser, como determinações essenciais. Mas, também, tais determinações, uma vez subsumidas e já formando parte do ser essencial do capital, descendem, retornam

ao mundo fenomênico - mas agora como “formas” ou fenômenos do próprio capital. (DUSSEL, 2012, p. 121).

Mas ainda existem entraves nesse caminho ascensional, e o maior deles diz respeito ao fato de que nessa etapa, da valorização pela circulação, o trabalho, absorvido dos modos de produção anteriores, ainda se encontra proprietário dos meios de produção.

Daí que a subsunção real para se constituir necessita eliminar todos os resquícios de propriedade do trabalho para enfim submetê-los, em definitivo, ao capital e, com isso, garantir a ampliação da extração do valor.

Se a manufatura representou um passo importante nesse ato de expropriação, ao estabelecer a divisão disciplinada do trabalho, ela não rompe de todo a propriedade dos meios, pela manutenção dos mestres nas oficinas e por conta do trabalho integral nas comunidades produtoras, e porque corpo e mente ainda são partes componentes do ato de trabalho.

Então, temos que, a apropriação do trabalho não se realiza apenas no plano material, com a expropriação dos meios de produção, mas, também, no plano subjetivo, com a separação do corpo que executa, da mente que elabora. Planejamento e execução devem ser, também, etapas distintas do processo de produção e componentes da alienação.

A subsunção do trabalho no capital é apenas formal porque as próprias relações de produção são apenas formalmente capitalistas. A presença e participação do capitalista no processo de produção são asseguradas juridicamente pelo poder dessa classe de dispor dos meios de produção e de conduzir o processo de produção. Além disso, a apropriação dos meios de produção também é formal: (...) na primeira fase do desenvolvimento da sociedade burguesa, as relações de produção são já de tipo capitalista (o trabalho é expropriado), mas o modo de produção (a articulação técnico-organizativa do processo produtivo) é ainda essencialmente aquele da ‘produção mercantil simples’ (artesanato e pequenas propriedades agrícolas autônomas como forma socioproductiva ‘integrada’ na sociedade feudal). (LA GRASSA apud DUSSEL. 2012, p. 85).

Ora, o trabalho ainda existe como *alteridade* para o capital, não existe plenamente subsumido nele. Existe como *alteridade* porque se produz em modos diferenciados de produção, no caso das formações pré-capitalistas e, no caso das formações mercantis simples e, assim, ainda guarda a integralidade do processo produtivo em alguns trabalhadores. Essa passagem ôntica necessita ser completada, para que a nova totalidade do ser se cumpra.

[Para Proudhon] “a diferença, para a sociedade, entre o capital e o produto não existe. Esta diferença é totalmente subjetiva, referente aos indivíduos”. De modo [comenta Marx] que chama subjetivo precisamente ao social, e à abstração subjetiva denomina sociedade. A diferença entre o produto como capital (als Kapital) expressa uma relação determinada, correspondente a uma forma histórica de sociedade [...], expressa a relação social (gesellschaftliche Beziehung) (relação da sociedade burguesa). O produto se converte em capital ao converte-se em valor. (MARX apud DUSSEL. 2012, p. 123).

Um último cuidado se torna necessário para a compreensão desse momento, que se encaminhará em definitivo para a subsunção real. Mesmo que a troca esteja sendo realizada na forma fenomênica de um produto, não é disso que se trata a subsunção, pois se assim o fosse não estaríamos falando de capital ou, no máximo, estaríamos afirmando,

de forma equivocada, que o capital existe na convivência direta e presumida de modos de produção anteriores, e não na condição de assimilação ou eliminação dessas formas pretéritas.

Sendo assim o produto aparecerá no intercâmbio como uma *relação social* qualitativamente nova. Perde nesse e por esse momento de intercâmbio sua forma anterior e assimila sua nova condição, como mercadoria, visto que só se faz na circulação como valor de troca. Ganha assim, o produto, uma nova existência material e o trabalho uma nova forma relacional, baseada na sua intercambialidade como quantum de valor. E é uma nova relação social porque é capital.

Vale dizer: assim como havia dinheiro como dinheiro e dinheiro como capital ou, como veremos, mercadoria como mercadoria e mercadoria como capital, há também produto como produto e produto como capital. Trata-se, mais uma vez, da subsunção do produto ao ser do capital. Mas, como capital, o produto não é um mero produto, porém um produto que expressa uma “relação social”. (DUSSEL, 2012, p. 123).

O que a circulação põe para intercâmbio não é mais o produto original das *formas outras* de produção, é o próprio capital assimilado ao trabalho dessas formas anteriores pela geração de excedentes para a troca. O que surge para o capital, posto em circulação, é o próprio capital emanando como valor de troca, como tempos de trabalhos anteriores subsumidos, como excedentes, num intercâmbio de valor puramente capitalista.

A circulação é o fenômeno de um processo transcorrendo por trás dela. [...] Se o ato social da produção aparecia originalmente como o pôr de valores de troca e este, em seu desenvolvimento ulterior, como circulação - como movimento e plenamente desenvolvido dos valores de troca em si - agora, a própria circulação retorna à atividade que põe e produz valor de troca. Retorna ela como ao seu fundamento. O que lhe é pressuposto são mercadorias [...], que são a efetivação de um certo tempo de trabalho e, enquanto tais, são valores; logo, seu pressuposto é tanto a produção de mercadorias pelo trabalho quanto sua produção como valores de troca. Esse é o seu ponto de partida, e por seu próprio movimento ela retorna à produção criadora de valores de troca como seu resultado. (MARX, 2011, p. 196-197).

Segundo Dussel, “A circulação que precede o capital que se autorreproduz é um nível superficial, inferior, pura aparência fenomênica do capital. [...] A circulação precede o capital, mas o capital põe os termos da circulação” (2012. p. 128-129).

Ao estimular a criação de excedentes que serão utilizados como valor de troca se cria junto a necessidade do valor de troca, pela ampliação dos tempos excedentes, num ato de autovalorização do valor. É o novo se pondo no interior das velhas relações e se realizando metamorfoseado por elas.

No passado, ao objetivar o seu trabalho numa ferramenta, o homem a transformava assim em um meio para uma nova produção. Mas não em capital, porque o capital é o único meio de produção que consiste, em sua essência, em ser “valor”, valor que é relação social (intercambialidade) que termina por se autorreproduzir. [...] O fato de o valor dominar, “colocar debaixo” (unter-werfen), subsumir a própria produção como constituindo um momento interno do seu ser modifica essencialmente este “meio de produção”. (DUSSEL, 2012, p. 129-130).

Importante a compreensão dessa passagem para que vejamos que, na relação do capital com modos de produção anteriores, assim como o produto transmutou sua natureza para produto-mercadoria, assim ocorre com a técnica: o que, antes, eram os meios instrumentais para a satisfação de uma necessidade ou a instrumentalidade básica para a criação de um bem, por esse ato, de subsunção formal, transmutam-se em *meios de produção como relação social*.

São esses meios de produção subsumidos que irão produzir os excedentes que serão destinados ao intercâmbio, por isso se elevaram qualitativamente de instrumentais para a produção do valor de uso a meios de produção do valor de troca.

Vemos, portanto, o capital criando as condições de sua própria criação e reprodução pela submissão de trabalhos que lhe são externos e anteriores. Isso só se tornou possível porque não é de produtos e nem de ferramentas que estamos tratando, é sim de trabalho e valor. Isso só se tornou possível porque a subsunção formal é sim a criação de uma outra relação social superior, produtivamente e qualitativamente, assumida agora como capital.

O capital não é uma relação simples, mas um processo em cujos diversos momentos nunca deixa de ser capital. [...] O próprio valor de troca, o valor de troca como sujeito (Subjekt) se põe ora como mercadoria, ora como dinheiro e justamente o movimento consiste em pôr-se nesta dupla determinação e em conservar-se em cada uma delas como a sua contrária, na mercadoria como dinheiro e no dinheiro como mercadoria [...]. O valor de troca posto como unidade da mercadoria com o dinheiro é o capital, e este próprio ao pôr-se se apresenta como a circulação do capital. (MARX apud DUSSEL. 2012, p. 133).

É assim, portanto, pela conversão de valor de uso em valor de troca, pela ampliação e submissão dos tempos excedentes, pela ampliação da circulação de valores para troca, que o capitalismo se introjeta no mundo das comunidades, no mundo da cooperação simples, e as faz trabalhar para ele. É assim, pois, que a permanência histórica dessas formas de sociabilidade se faz na articulação direta com o modo de produção capitalista e suas demandas. O contrário seria seu desaparecimento como forma socioprodutiva. Aqui a assimilação local se mostra como processo no interior das próprias relações de reprodução capitalistas.

A subsunção é, sem dúvida alguma, uma potente estratégia de controle do trabalho e, com isso, de controle de toda a produção emanada dele. A técnica assim subsumida aparece na dupla condição de *objeto-produto* e de meios de produção e com isso seu diálogo com o trabalho se faz ora como *trabalho subsumido ora como subsunção do trabalho*, ora ela é o produto alienado do trabalho ora ela é o mecanismo de alienação do trabalhador.

O desenvolvimento de novas tecnologias e maquinários vai se consolidando como a chave para a ampliação da extração de mais-valia pelo capital. O sentido original de técnica como meio ao trabalho cede espaço, no capitalismo, para a técnica como controle do trabalho e faz emergir a subsunção real.

No capitalismo, a técnica não é apenas um instrumento do processo de trabalho, como ocorria nas formações sociais pré-capitalistas, mas um instrumento do processo de valorização, implicando e determinando uma relação específica de domínio e de exploração do trabalhador - aquela da subsunção real - que decorre das próprias condições econômicas e do emprego dos meios de produção. (ROMERO. 2005, p. 124).

Nesse movimento último de apropriação do sobretrabalho, portanto, não é mais do diálogo do capital com suas formas anteriores ou com formas pretéritas de trabalho de que se está tratando; também, não é mais de valor como produto para a intercambialidade; e, muito menos de assimilações locais; nesse movimento último, como referido acima, já estaremos tratando da plenitude das relações capitalistas e suas formas, estaremos assim no tempo do próprio capital, sua produção e sua reprodução plena.

REFERENCIAL

- DUSSEL, E. **A produção teórica em Marx. Um comentário aos Grundrisse**. SP: Expressão Popular, 2012.
- LEFEBVRE, H. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital**. 2ª. ed. RJ: Zahar Editores, 1976.
- MARX, K. **Grundrisse. Manuscritos Econômicos de 1857-1858**. Esboços da crítica da economia política. RJ: Editora da UFRJ, 2011.
- MARX, K. **O Capital. Livro 1 – O processo de produção do capital**. 13 ed. RJ: Bertrand Brasil, 1989. v. I.
- MARX, K. **O Capital. Livro 2 – O processo de circulação do capital**. 6 ed. RJ: Bertrand Brasil, 1991. v. III.
- MARX, K. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. SP: Boitempo Editorial, 2004.
- MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. RJ: Paz e Terra, 1985.
- MOTA, G. Do mundo ao lugar. Técnica e assimilações. In: ROCHA, G. (org.). **Município e Território**. Belém: NUMA/UFPA, 2011. p. 15-34.
- ROMERO, D. **Marx e a Técnica. Um estudo dos manuscritos de 1861-1863**. SP: Expressão Popular, 2005.
- ROSDOLSKY, R. **A gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. RJ: EDUERJ/Contraponto, 2001.